



Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de  
Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA Nº	DATA
1325	2021-04-09	ENT Nº: 1073/2021 PROC. Nº 05.03/2021	

**ASSUNTO: Pergunta 1798/XIV/2ª - Medidas de fiscalização no sector da pesca**

Encarrega-me S. Exa. o Ministro do Mar, relativamente à Pergunta nº 1798/XIV/2ª, do Grupo Parlamentar do PSD de remeter os seguintes comentários aos pontos levantados:

**1 - Quais as conclusões do Ministério do Mar após reunião com o sector da pesca que no dia 7 de abril iniciou um protesto? Qual a posição do Ministério do Mar sobre os motivos que levaram o sector a expressar o seu descontentamento?**

Foram desencadeadas ações de protesto relativamente às ações de fiscalização levadas a cabo pela GNR/UCC do Norte (Matosinhos e Viana Castelo) sobre matérias laborais. De facto, mestres e proprietários das embarcações, dadas as características específicas desta atividade, têm dificuldade em cumprir algumas normas. Em particular, alguns armadores referiram que, na mesma semana, havia embarcações controladas para fiscalizar horários, mapa de férias, tripulantes e material de farmácia, o que perturbou a sua normal atividade.

O Ministério do Mar tem todo o interesse em que o setor mantenha condições adequadas e que seja salvaguardada a segurança, saúde e direitos aos trabalhadores. Em simultâneo, há idiosincrasias da atividade da pesca que têm de ser atendidas.

**2 - Quais os mecanismos que podem ser melhorados, através da intervenção do Ministério do Mar, para que a atividade da pesca decorra com a menor perturbação possível num período de elevada complexidade?**

Foi já constituído o grupo de trabalho (GT) sobre as questões laborais, envolvendo associações representantes da pesca polivalente, do cerco e do arrasto, bem como os representantes dos

organismos públicos: ACT; UCC; DGAM/PM e DGRM. Este GT está focado em encontrar soluções e boas práticas sobre as questões levantadas pelos armadores.

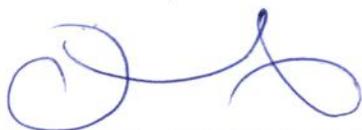
Realizou-se uma reunião no dia 20 de abril e outra em 18 de maio, tendo ficado agendada para 16 de junho uma nova reunião. Simultaneamente, prossegue a concertação com as autoridades competentes nas matérias em causa (ACT, UCC, DGAM/PM e DGRM).

Os principais temas em discussão pelo grupo de trabalho são os seguintes: Regras relativas à transparência e visibilidade dos Contratos de trabalho, Horários de trabalho e Mapa de férias, bem como a forma de habilitação dos pescadores estrangeiros para trabalharem a bordo com a cédula marítima portuguesa, uma vez que grande parte possui cédulas dos países de origem.

Já estão em curso ações de formação para habilitar esses trabalhadores com a cédula marítima portuguesa. Os trabalhadores que provêm dos países africanos de língua portuguesa, e tenham cédulas válidas nos seus países, as mesmas são reconhecidas em Portugal.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe do Gabinete,



---

Frederico Cardigos

/af